

Brasil em posição delicada

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

Inadimplente oficialmente desde o último dia 5, com um saldo negativo de US\$ 3,2 a US\$ 3,5 bilhões no balanço de pagamentos de 1983, sem pagar compromissos vencidos no exterior, que somam pelo menos US\$ 1,8 bilhão junto aos bancos credores, o Brasil está atualmente numa posição tão delicada quanto ridícula perante a opinião pública, nos Estados Unidos e Europa: o empréstimo jumbo de US\$ 6,5 bilhões deveria servir para quitar os atrasados do ano passado e pagar um quarto dos juros devidos em 1984, mas sua assinatura vem sendo adiada consecutivamente pelo Comitê de Assessoramento formado pelos credores, incapazes de convencer cerca de 70 bancos a entrarem no pacote brasileiro.

Enquanto os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, marcam e desmarcam a viagem para Nova Iorque (onde terá lugar a cerimônia de mau gosto de assinatura dos contratos), o presidente do Banco Central, Afonso Pastore, é o coordenador do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, fazem o jogo do empurra-empurra com a comunidade financeira, na tentativa de obrigar os quase 800 estabelecimentos credores a entrar no jumbo com uma parcela mais ou menos proporcional à dívida que têm a receber do Brasil. Eles não entram simplesmente porque não acreditam que vai dar certo o atual plano, conhecido como Fase 2 da renegociação.

"INVIÁVEL"

Nesta segunda-feira, Pastore começa o dia em Nova Iorque reunindo-se com o pessoal do Citibank (onde Rhodes é vice-presidente), para checar os telex que deveriam ter entrado no final

de semana, comunicando a adesão de mais uma dúzia de bancos de médio ou pequeno porte. A rotina, que já vem de algumas semanas (a data inicial para assinatura do jumbo era 16 de dezembro, "no máximo", segundo as autoridades econômicas), deve prosseguir no dia seguinte. Com um pouco de sorte, eles fecharão o pacote ainda este mês, com o primeiro desembolso de US\$ 3 bilhões (solicitados) saindo apenas no início de fevereiro.

Os outros US\$ 3,5 bilhões serão desembolsados em parcelas trimestrais, seguindo o cronograma do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a liberação de seu crédito ampliado ao Brasil (em troca do acordo para fazer o "programa de ajustamento econômico", em andamento). Os termos jurídicos ainda não são conhecidos, mas os técnicos do governo informam que seguirão os modelos da Fase 1 da renegociação (aquela dos quatro famosos projetos, conduzidos pelo ex-presidente do BC, Carlos Langoni). Ou seja: o Brasil abre mão do foro internacional, de uma série de direitos etc, ao mesmo tempo que se compromete a cumprir a recessão programada pelos técnicos do FMI, para gerar um excedente exportável de tal volume que permita continuar os pagamentos de juros da dívida externa. ARQUIVO/CB



Ernane Galvêas

na.

Enquanto os ministros preparam as malas (Pastore já viajou no sábado à noite), o professor Carlos Langoni já está nos Estados Unidos — só que sua missão é o contrário do que ele mesmo fazia tempos atrás: vai proferir palestras em universidades americanas para demonstrar que é "inviável" o atual programa de renegociação da dívida brasileira. Como de resto é inviável, de acordo com economistas do meio acadêmico, qualquer tentativa de pagamento da dívida de US\$ 400 bilhões da América Latina para com os bancos multinacionais. A tese de Langoni, que estaria na raiz de sua saída do governo no semestre passado, é que os credores precisam aceitar a renegociação também dos juros (o Brasil pagará este ano outros US\$ 12 bilhões só de juros).

EXPLOSÕES

Os meios financeiros americanos concordam com Langoni, mas muitos banqueiros preferem fingir que a conclusão da Fase 2 (jumbo de US\$ 6,5 bilhões, rolagem de US\$ 5 bilhões, manutenção de linhas de crédito comercial em US\$ 10,3 bilhões e de crédito interbancário em US\$ 6 bilhões) é indispensável — exatamente para evitar a oficialização da moratória brasileira, o que abriria um perigoso front na



Delfim Netto

América do Sul, junto com Argentina e Venezuela, pelo menos. Vários ministros — para não dizer todo o governo — sabem que Langoni tem razão, por mais "oportunistas" que possa ter sido sua ruidosa saída anti-FMI: o Brasil não conseguirá ir adiante fazendo renegociações parciais com os banqueiros credores a cada ano, como vem fazendo desde a eclosão da crise das contas externas em agosto de 1982.

Em resumo, todos sabem que, "após o Carnaval", será preciso voltar à mesa de conversações — e não bastará negociar mais uma vez apenas o principal da dívida, obtendo o refinanciamento para as amortizações e algum dinheiro novo (para completar os pagamentos de juros que não são cobertos totalmente pelo superávit de US\$ 9 bilhões esperado na balança comercial). E, se chegar na hora de discutir 85 sem um acordo político, envolvendo o governo americano, que possa resultar na baixa das taxas internacionais de juros, não haverá outra alternativa senão formar o temido "clube dos devedores".

Ou caem os juros externos — o que não é provável no momento — ou então os grandes devedores como o Brasil não poderão pagar a dívida, como vêm tentando fazer apesar dos atrasos e da recessão. Por isso, será preciso fazer os credores aceitarem a inclusão dos juros no total renegociado, além da ampliação dos prazos e das carências. Do contrário, economias como a brasileira continuarão sofrendo um profundo desgaste, representado pelo empobrecimento sistemático da população e desnacionalização de seus parques produtivos. E os Estados Unidos têm consciência, hoje, de que este empobrecimento costuma levar inevitavelmente a explosões sociais e novos focos de resistência armada antiocidental.